

CNPJ: 17.556.659/0001-21

#### **JUSTIFICATIVA**

### PROCESSO ADMINISTRATIVO № 019/2022

### ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2022

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA O TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE COVID E NÃO COVID, NOS MUNICÍPIOS DE TODO O PAÍS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (URNAS), SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO E TRANSLADO PARA MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA".

BASE LEGAL: ART. 22, DECRETO № 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013.

UNIDADE REQUISITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS/SEMSA

### 1. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este procedimento tem como objeto a pretensão de "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA O TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE COVID E NÃO COVID, NOS MUNICÍPIOS DE TODO O PAÍS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (URNAS), SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO E TRANSLADO PARA MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA", em conformidade com a solicitação do Núcleo de Transporte e Logística.

A escolha pela Adesão justifica-se pela necessidade em locar veículos para atendimento da necessidade da Secretaria de maneira mais célere, uma vez que aproveita-se de procedimento já homologado pelo órgão gerenciador (Prefeitura Municipal de Marabá), tendo em vista que tal serviço é essencial para a promoção de políticas públicas em saúde, sobretudo para as famílias de pacientes que porventura venham a óbito estando em atendimento fora do domicílio.

Em 03/03/2022 o Fundo Municipal de Saúde, através da solicitação/adesão, iniciou os atos administrativos para fins de contratar com a empresa, cujos preços encontram-se registrados na Ata 397/2021-CPL, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, resultante do Pregão Eletrônico SRP nº 116/2021-CPL/PMM, consoante os Processos administrativos Nº 22.397/2021-PMM, sendo vislumbrando o teor da

CNPJ: 17.556.659/0001-21

ata os serviços contratados com a empresa PRIMMA SERVIÇOS PÓSTUMOS E AMBULÂNCIAS

LTDA- EPP atendem a necessidade imediata da Secretaria.

A presente contratação tem como objetivo suprir do atendimento da demanda da

Secretaria de Saúde de Santarém, elencada pela Coordenadora do Setor de Tratamento fora

do Domicílio- TFD, indicando o quantitativo solicitado necessário à cobertura da demanda.

A adoção de Adesão a Ata de Registro de Preço do Pregão supracitado, justifica-se

também pela vantajosidade para a Administração Pública, conforme pesquisas anexadas e a

agilidade na contratação, considerando que a adesão à ata é um processo menos moroso do

que um processo licitatório comum, observando que esta Secretaria Municipal de Saúde, tem

urgência na contratação do serviço. Por tudo, é perceptível que a contratação é de natureza

indispensável e deveras relevante.

Considerando que a adesão a Ata de Registro de Preços cumpre os princípios da

vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência;

A lei autoriza a contratação através de adesão em Ata de registro de Preços, com

fundamento na Lei nº. 8.666/93 e Lei 10.520/02;

Considerando que a gestão municipal atua com observância aos princípios da

Administração Pública, de forma especial, com o olhar voltado para a legalidade de seus

procedimentos administrativos;

Considerando que o Decreto nº 7.892/2013, prevê a possibilidade de que uma ata

de Registro de Preços seja utilizada por outros entes, maximizando o esforço das unidades

administrativas que implantaram o Sistema de Registro de Preços;

Considerando que é plenamente possível a prestação de serviços ou aquisição de

produtos por meio de adesão a ata de registro de preços decorrente de licitação realizada por

outra unidade administrativa, sendo necessário apenas a anuência do órgão gerenciador;

Considerando que com a adesão de uma ata de registro de preços em vigor,

normalmente já tem do órgão gerenciador todas as informações necessárias sobre o

2



CNPJ: 17.556.659/0001-21

desempenho da empresa contratada, no que tange a execução do ajuste, reduzindo assim significativamente o risco de uma prestação de serviço ineficiente;

## 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (AUTORIZAÇÃO E ANUÊNCIA):

Ao caso em pauta, aplica-se analogicamente, o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.), que diz:

Da utilização da Ata de Registro de Preços por Órgão ou entidades não participantes:

Art. 22 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante a vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador e órgãos participantes.

O edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 116/2021-CPL/PMM** e Ata 397/2021-CPL, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002 e alterações subsequentes, consoante os Processos administrativos Nº 22.397/2021, faz a devida previsão de Adesão de terceiros que não participaram do registro de preços, sendo:



CNPJ: 17.556.659/0001-21



#### ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Avenida VP 08, Folha 26, Ouadra 07, Lote 04-subsolo, Bairro: Nova Marabá, CEP: 68.509-060. Edifício Ernesto Frota. Marabá-PA Fone (94) 3322-1646. E-mail: licitacao@maraba.pa.gov.br



para fornecer os produtos, desde que o preço registrado encontre-se dentro dos praticados no

- A ordem de classificação dos licitantes registrados no anexo da Ata de Registro de Preços deverá ser respeitada na contratação.
- 14.10 A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13, do Decreto Municipal 044/2018 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Municipal 044/2018.
- 14.11 Nas situações em que não havendo remanescente no cadastro de reserva o Órgão Demandante promoverá o cancelamento da Ata de Registro de preços.
- 14.12 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 44, de 2018, e na Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.13 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 14.14 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
- 14.15 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 14.16 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem 16.8 fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública municipal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário Municipal de
- 16.1 O estudo que trata o item 16, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Marabá.
- As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão 17 ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Precos.
- As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada 18 item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 19 E por estarem justos e verdadeiros, firmam o presente instrumento, que vai assinado eletronicamente por meio de Certificado Digital (Assinatura Eletrônica), usando o e-CPF do contratante e o e-CNPJ do contratado (Resolução nº 11.535 e Resolução nº 11.536/TCM, de 2014).

VALMIR SILVA Assinado de forma digital por VALMIR MOURA:2224 8471220

SILVA MOURA-22248471220

Dados: 2021.11.24 15:59:48 -03'00'

Secretaria Municipal de Saúde de Marabá-SMS

COMPROMITENTE

PRIMMA SERVICOS POSTUMOS E AMBULANCIAS LTDA EPP:00991744000115

Assinado de forma digital por PRIMMA SERVICOS POSTUMOS E AMBULANCIAS LTDA EPP:00991744000115 -03'00'

> PRIMMA SERVIÇOS PÓSTUMOS E AMBULÂNCIAS LTDA EPP CNPJ: 00.991.744/0001-15 COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

CNPJ: 17.556.659/0001-21

Nisto, através do Ofício nº 248/2022-GAB-SEMSA, o Fundo Municipal de Saúde de

Santarém solicitou do Órgão Gerenciador autorização para aderir a Ata de SRP, esta

Administração recebeu a Autorização para utilizar a Ata de Registro de Preços através do

ofício n.º 633/2022-COMPRAS/SMS

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR DO OBJETO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

A razão da escolha da pretensa contratada, possuir preços mais vantajosos em relação ao

apurado nas pesquisas de mercado e nas médias apuradas, constantes no procedimento.

Cabe informar que as empresas apresentarem os menores valores, apresentaram

menores preços por item na sessão do Pregão eletrônico, tendo seus preços sido registrados

na ata.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos para o adimplemento do preço correrão por conta desta Secretaria Municipal

de Saúde, com as seguintes dotações e se necessário da dotação do exercício seguinte:

Ficha N°: 714

Unidade: 110900

Cat. Econ.: 3.3.90.30.00

Código de Aplicação: 300 001

4. FISCALIZAÇÃO

Processo N°:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE -FMS

Funcional:10.122.0005.2094.0000 MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO DE DOMICILIO - TFD

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 1.600

A fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato serão realizados pelos Fiscais de contrato, designados pelo órgão solicitante, através de Portaria, observando-se as disposições contidas no artigo 67 e parágrafos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

5. CONSIDERAÇÕES

ANTE O EXPOSTO, tendo a vista a presença dos requisitos trazidos em lei, somos pela

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS

PARA O TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE COVID E

NÃO COVID, NOS MUNICÍPIOS DE TODO O PAÍS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (URNAS),

SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO CORPO E TRANSLADO PARA MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA",

com posterior contratação.

5



CNPJ: 17.556.659/0001-21

Remeta-se os autos para análise da Procuradoria Jurídica para emissão de parecer como condicionante para o prosseguimento do processo.

Assim sendo, atendendo de pelo o disposto no Decreto nº 7.892/1993 e o art. 15, da Lei nº 8.866/93 e alterações, apresentamos a presente justificativa para ratificação da Secretária Municipal de Educação, e posterior contração.

Santarém, de 17 de março de 2022.

Celina da Silva Liberal Presidente da CPL Gledson Esmilly Sousa Bentes Membro